

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA – LICENCIATURA

Carolina dos Santos Betat

**PROPOSTAS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA SURDOS NO BRASIL E NO
ESTADO DO RS**

Porto Alegre
2º Semestre
2012

Carolina dos Santos Betat

**PROPOSTAS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA SURDOS NO BRASIL E NO
ESTADO DO RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à comissão de Graduação do Curso de Pedagogia – Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título em Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Adriana da Silva Thoma

Porto Alegre

2º Semestre

2012

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho as duas pessoas mais importantes da minha vida, aqueles que me deram a vida:

Minha mãe, Neusa Cardoso dos Santos;

Meu amado pai, Ciro Betat, que não se encontra mais entre nós.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter iluminado meu caminho, sempre me colocando na direção certa;

A minha amada Mãe, que com seu amor me fez chegar onde estou, com suas palavras sempre incentivando a lutar por uma vida melhor;

Ao meu amado Pai, que hoje não está mais presente fisicamente, mas sei que me abençoa e torce pelo meu sucesso;

A minha irmã, Juliana, pela paciência nos momentos em que me encontrava sem saber o que fazer, pelas palavras de conforto e pelo incentivo em não desistir no meio do caminho;

A todos os professores e professoras por seu ensinamentos, por sua paciência e dedicação nas aulas ministradas;

A professora Sonia Ogiba, por sempre ter se mostrado disposta em me ajudar nos momentos que precisei;

A minha Orientadora Adriana da Silva Thoma, pelos momentos de orientação e compreensão que sempre me ajudaram;

As minhas amigas Priscila e Suany que mesmo longe sempre torceram por mim;

As minhas colegas amadas, que sempre me fizeram ter forças para não desistir;

Aos meus colegas e amigos do Instituto Geração Tricolor por entender os momentos em que precisei me ausentar;

E, por fim, ao meu namorado Cláudio que do seu jeito soube entender os momentos em que estive ausente, soube confortar nos momentos que precisei de apoio;

Posso dizer que minha conquista não teria valido a pena se não tivesse vocês ao meu lado nos momentos mais difíceis.

"Quando eu aceito a língua de outra pessoa, eu aceito a pessoa.

Quando eu rejeito a língua, eu rejeitei a pessoa porque a língua é parte de nós mesmos. Quando eu aceito a língua de sinais, eu aceito o surdo, e é importante ter sempre em mente que o surdo tem o direito de ser surdo. Nós não devemos mudá-los, devemos ensiná-los, ajudá-los, mas temos que permitir-lhes ser surdo"
(Terje Basilier)

RESUMO: O presente trabalho foi realizado para a conclusão do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A pesquisa assume um caráter qualitativo de cunho documental e tem por objetivo conhecer e analisar as atuais políticas educacionais para surdos, o que a comunidade surda deseja para sua educação e quais são as propostas do movimento surdo. Para isso são analisados documentos elaborados pela Federação Nacional de Integração dos Surdos (FENEIS). Inicialmente é feita uma recapitulação da história da Comunidade Surda através de Lulkin (2000), o qual traz um panorama sobre o assunto. Além de Lulkin, apresento Perlin (2007) que escreve sobre Cultura Surda, Karnopp (2004), Perlin e Ströbel (2006) e documentos como *A Educação que nós Surdos Queremos* e *Propostas para a Educação Bilíngue*. Foram criadas três unidades de análises, as quais consistem em: Cultura Surda e suas Significações; A Proposta Bilíngue e seus Sentidos e por fim Propostas do Movimento Surdo para uma Educação Bilíngue no Brasil e no Estado do RS. Como resultado dessas análises, foi possível perceber que a Comunidade Surda vem lutando pelo reconhecimento da cultura surda e da língua de sinais, uma forma de comunicação diferente, mas não deficitária e, por isso, não necessitam serem normalizados para serem como os ouvintes. O movimento surdo propõe uma educação bilíngue, na qual a língua de sinais seja utilizada como primeira língua (L1) e a língua portuguesa escrita como segunda (L2), na qual também sejam reconhecidos os aspectos culturais, sociais e políticos da comunidade surda.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura Surda. Movimento Surdo. Educação Bilíngue

SUMÁRIO

1. ONDE TUDO COMEÇOU: PRIMEIROS PASSOS.....	8
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA A PESQUISA.....	10
2.1 Uma Breve Explicação.....	10
2.2 Caminhos Percorridos.....	11
3 UM POUCO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS	13
4 PROPOSTAS E POLITICAS EDUCACIONAIS PARA OS SURDOS NO BRASIL E NO ESTADO DO RS	18
4.1 Cultura Surda e suas Significações.....	18
4.2 A Proposta Bilíngue e seus Sentidos.....	21
4.3 Políticas para uma Educação Bilíngue.....	24
5 O QUE APRENDI COM ISSO?	29
6 REFERÊNCIAS.....	32

1 ONDE TUDO COMEÇOU: Primeiros passos

O presente trabalho foi realizado como Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia da Universidade do Rio Grande do Sul, no período de setembro a dezembro de 2012. A pesquisa intitulada como: Propostas e Políticas Educacionais para Surdos no Brasil e no Estado do RS, foi realizada através de uma análise de documentos escritos pelo movimento surdo através da FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos) e documentos oficiais como as Leis e os Decretos voltados para as políticas de inclusão escolar do Estado do Rio Grande do Sul.

Além dos documentos analisados, apresento alguns autores que pesquisam e escrevem sobre comunidade a Surda, que apóiam e acreditam em uma educação bilíngue para surdos, entre os quais cito: Gládis Perlin, Maura Corcini Lopes, Sérgio Lulkin, Anie Pereira Goularte Gomes, todos estudiosos e participantes que de algum modo estão inseridos na cultura surda.

O presente trabalho está dividido em 5 capítulos, os quais possuem temas e subtemas com assuntos que pretendo buscar através dos autores já citados. No capítulo 2, apresento minha justificativa para a escolha do tema Educação de Surdos, apresento a metodologia utilizada na pesquisa, anteriormente referida como sendo análise documental. No capítulo seguinte a justificativa da pesquisa faço um recorte da história da comunidade surda, para que o leitor possa ter acesso a fatos como: a legalização da libras, formas de correção que eram impostas em determinada época por pessoas consideradas ouvintes.

O capítulo intitulado Propostas e Políticas Educacionais para Surdos no Brasil e no Estado do RS, apresento um pouco da história da educação surda, através de autores citados acima, faço uma recapitulação dos momentos mais marcantes como o Congresso de 1880, em que o Oralismo passa a ser considerado a única forma de corrigir o surdo, fazendo com que o uso da LIBRAS fosse proibido. No capítulo que chamo de *Propostas e Políticas Educacionais para os Surdos no Brasil e no Estado do RS*, apresento os sentidos de cultura surda e educação bilíngue que aparecem nos documentos analisados e as propostas do Movimento Surdo para a educação almejam, com suas reivindicações, o que desejam e desaprovam. Nesse capítulo

aparecem algumas denominações que chamam minha atenção, pois estavam presentes em muitas de minhas leituras. A partir delas tento fazer alguns comentários.

Por fim, no capítulo final intitulado: O que aprendi com isso? Tentarei mostrar como eu via a educação dos surdos no Brasil antes de iniciar esse estudo e como hoje após finalizá-lo penso sobre o assunto, quais as concepções que passei a ter sobre o tema.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

2.1 Uma Breve Explicação

Ao ingressar no curso de Pedagogia, muitas dúvidas surgiram sobre em qual área desse curso, que possui um vasto campo de oportunidades, gostaria de seguir.

Logo no primeiro semestre da faculdade, no ano de 2008/02, deparei-me com duas disciplinas da área da Educação Especial, as quais se intitulavam: Libras e Educação Especial. Através dessas disciplinas passei a descobrir mais sobre esse tema que hoje está muito em voga.

Juntamente com essas disciplinas surge a curiosidade sobre o assunto fazendo com que eu buscasse mais informações sobre a área intitulada Educação Especial, a querer entender o porquê essas crianças ditas com deficiência eram, muitas vezes, tratadas como seres de outro planeta.

Minha vontade de ter contato com essas crianças passou a aumentar com os dias, fazendo com que eu me encaminhasse para a experiência, a qual julgo ter sido uma das mais maravilhosas de todos os anos que estivesse na faculdade. Trabalhei durante 1 ano em uma Escola de Educação Infantil do Município de Porto Alegre, na qual atuava como estagiária de educação especial. Nesse tempo fiquei acompanhando 3 alunos com idades entre 2 e 3 anos, dos quais 2 tinham Síndrome de Down e outra menina sem diagnóstico. A escola ainda tentava convencer a família a levá-la a uma consulta com especialistas para que investigassem sua condição.

A educação de surdos, foi uma das áreas que, durante os 4 anos e meio que frequentei o Curso de Pedagogia, menos tive contato, a não ser pela disciplina de Libras ministrada pelo Professor Cláudio Mourão. Por isso, passei a sentir necessidade em entender as reivindicações dessa comunidade, a quer saber mais sobre esse grupo de pessoas, pois acredito que um dia poderei me deparar com alguma situação em que precisarei lecionar em alguma classe com alunos surdos.

2.2 Caminhos Percorridos

A pesquisa intitulada Propostas e Políticas Educacionais par Surdos no Brasil e no Estado do RS, desenvolvida como Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia / UFRGS, têm como objetivo conhecer e analisar as atuais políticas linguísticas e educacionais para surdos, o que a comunidade surda deseja para sua educação e quais são as propostas do movimento surdo.

Para a realização desse estudo propus uma investigação de caráter qualitativo, a qual, inicialmente seria realizada através de entrevista semiestruturada com surdos ligados ao Movimento Surdo ou alunos desta Faculdade de Educação.

O primeiro contato com esses alunos atuantes e não atuantes do Movimento Surdo foi feito através de e-mail, no qual explicava sobre os objetivos da pesquisa e os convidava a participar. Alguns dias se passaram até receber uma resposta positiva de uma candidata a participar, porém, esta queria que a entrevista fosse realizada por e-mail, a qual não pode ser aceita, pois segundo LÜDKE e ANDRÉ (1986, p. 38) “[...] pode se constituir uma técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja completando as informações obtidas por outras técnicas, seja revelando aspectos novos de um tema ou problema”.

Uma vez que o acesso aos sujeitos que participariam das entrevistas foi impossibilitado, o que segundo HOLSTI (1969, apud LUDKE e ANDRÉ, 1986), faz parte das três situações básicas em que o uso dessa técnica se torna apropriado, decidi fazer uma análise documental para tentar responder a minha questão de pesquisa, uma vez que muitos documentos tratam sobre as propostas dos surdos sobre uma educação bilíngue hoje no Brasil em um contexto de políticas de inclusão escolar para todos.

Para esse estudo busco entender, nos documentos analisados, alguns aspectos como: Qual a visão dos surdos sobre a cultura surda e a educação Bilíngue? Para o Movimento Surdo o que significa esse tipo de educação? Quais suas propostas de educação? Os documentos serão analisados na perspectiva dos Estudos Surdos pensados a partir dos Estudos Culturais.

Os documentos que analiso foram escritos pela FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração de Estudos Surdos), como: “A Educação que nós Surdos

Queremos”, elaborado pela comunidade surda em 1999; Carta – denuncia ao Ministério Público; Revistas da FENEIS; Nota Técnica da SECADI (Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão); Proposta de criação do Sistema Estadual de Educação Bilíngue para Surdos 2012. Além desses, busco nos Decretos e nas Políticas Públicas o que dizem sobre a educação de surdos, para tentar entender como é e como os surdos gostariam que realmente fosse sua educação.

Os documentos que serão analisados não são os únicos a tratarem sobre a inclusão de surdos, além deles existem muitos outros, os quais devido a ter pouco tempo para esse estudo optei por não utilizar.

3 UM POUCO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS

Apresento neste capítulo um pouco da história da comunidade surda e sua educação, pois acredito ser muito importante para o leitor conhecer a história de luta dessa comunidade e ter acesso a alguns fatos marcantes de luta e repreensão vividos por eles.

Faço um recorte a partir da segunda metade do século XVIII, na França, contextos que, segundo LULKIN (2000) era considerada o “berço” da educação institucional e pública de pessoas surdas do Ocidente. A escola imperial tem sua primeira proposta pedagógica voltada para a educação de surdos com data de 1760 e em 1791 é fundado o Instituto Nacional dos Jovens Surdos de Paris (INJS), o qual tinha os mesmos moldes do antigo regime francês.

A partir do movimento que acontecia na Europa a Língua de Sinais passa a ser reconhecida, isso por volta de 1991, conforme LULKIN (2000):

Em pouco tempo, os resultados positivos da metodologia utilizada pelo Abade de L’Epée, fundador da escola de Paris, chama a atenção de religiosos e educadores e fundam-se inúmeras escolas para surdos na Europa e nos Estados Unidos, com profissionais surdos e ouvintes. As escolas usam as Línguas de Sinais e exploram os recursos visuais como a base para uma pedagogia especial, onde a relação, a moral, a formação profissional e a língua nacional constituem o núcleo do currículo.

Infelizmente nem tudo continuaria igual, a situação dos alunos surdos tenderia a ter complicações. Naquela época, muitos filósofos estavam interessados pela cultura surda, o que os motivaria a buscar relação entre as expressões do pensamento e a linguagem humana.

Detenho-me em Codillac (apud Lulkin), que “abordava sua investigação desde o marco teórico do sensualismo, defendendo que a linguagem e o pensamento não seriam inatos ao homem, doados por um Deus”. Codillac acreditava que o homem era responsável por desenvolver seu raciocínio e suas habilidades lingüísticas. Dessa forma a filosofia sensualista determinava que a língua de sinais, por ser limitada aos gestos, acabava não passando de um nível inferior a espiral evolucionista. Com isso, conclui-se que o surdo falante da língua de sinais é inferior na língua, na inteligência, no pensamento.

No final do século XVIII, a língua de sinais passou a ser proibida nas escolas em que ela era permitida, uma vez que, passou-se a acreditar em uma surdez que possuía cura, estava sendo tratada como moléstia, da qual aqueles indivíduos deveriam ser reabilitados (idem, 2000).

A surdez passa, então, a ser tratada literalmente como doença, como algo que aquelas pessoas deveriam ser libertadas, curadas, custasse o que fosse. Nesse momento inúmeras formas de "cura", normalização do corpo doente, passam a ser implantadas, as mais comuns eram: o banho na entrada da escola, o qual, era visto como o que tirava as impurezas do corpo, a ginástica passou a fazer parte do currículo escolar, pois acreditavam que ela fortalecia os ossos do corpo e a alimentação passou a ser mais controlada, por ser considerada fundamental no controle das doenças, inclusive da própria surdez.

Em 1880, acontece o Congresso de Milão, a língua de sinais passa a ser proibida nos Institutos, decisão dada a partir de uma votação, na qual os participantes eram ouvintes, essa decisão abre um espaço para a prática do oralismo, tornando-o essencial nas escolas.

O congresso, considerando a incontestável superioridade da palavra sobre os signos para devolver o surdo à sociedade e para dar-lhe um melhor conhecimento da língua, declara que o método oral deve ser preferido ao da mímica para a educação e instrução dos surdos-mudos. (...) Considerando que o uso simultâneo da palavra e os signos mímicos tem a desvantagem de inibir a leitura labial e a precisão de ideias, declara que o método oral puro deve ser preferido. (Grémion, 1991. p.195 – 196 apud Lulkin)

A partir desse congresso a vida dos sujeitos surdos tende a ficar pior, principalmente na escola, uma vez que, para inibir o uso dos sinais os alunos surdos deveriam sentar-se em cima das mãos para que assim não pudessem as usar. Muitas coisas foram proibidas, inclusive os professores surdos e seus auxiliares deveriam deixar as escolas e os institutos.

Fazendo tais leituras percebo que os autores apresentam o oralismo como sendo algo que era imposto por pessoas que não eram surdas. Acredito que tal situação se torna absurda por não termos o direito de decidir o que é melhor para o outro. Vejo ainda o quanto a comunidade surda se fortaleceu, criando um grupo para

que consigam lutar por seus ideais, por uma educação realmente inclusiva, através das escolas Bilíngües.

Ainda sobre o Congresso de Milão ocorrido em 1880, apresento Jonathan Rée, que traduz o sentimento da comunidade surda sobre a decisão ocorrida nesse Congresso.

Essa data ainda é lembrada como a mais sinistra de sua história: como se fosse mesmo o “11 de setembro” deles quando desabaram as torres gêmeas da cultura e da língua de sinais, a do método misto e a do método manualista para a educação dos surdos. Ali começou uma longa e amarga batalha para defender o direito de vida da língua de sinais.

Os anos passaram e a comunidade surda começou a ganhar espaço, em 1984 a UNESCO declarou: “[...] que a Língua de Sinais deveria ser reconhecida como um sistema linguístico legítimo e deveria merecer o mesmo status que os outros sistemas lingüísticos.” (Wrigley apud Karnopp, 2004).

Karnopp ainda apresenta que a Federação Mundial do Surdo (WTD), adotou a primeira resolução sobre a Língua de Sinais em 1987, acabando com a tradição oralista. Entre suas principais recomendações está à seguinte:

Pessoas surdas e com grave impedimento auditivo [devem] ser reconhecidas como uma minoria linguística, com o direito específico de ter sua língua de sinais nativa aceita como sua primeira língua oficial e como o meio de comunicação e instrução, tendo serviços de intérprete para a língua de sinais (WRIGLEY, 1996)

No Brasil a Língua de Sinais foi oficializada no ano de 2002, após muitos anos de luta da comunidade surda e de seus órgãos (instituições) que representa os surdos, como a FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos). O então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso sanciona a Lei Federal 10.436 (24/04/2002):

LEI FEDERAL Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002

Dispõe sobre a Língua de Sinais – Libras e dá outras providencias.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art 3 As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial , de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira – Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais – Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Art 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 24 de abril de 2002; 181º da Independência e 11º da República

Ao ter acesso a essa Lei, percebo que os direitos linguísticos e de acessibilidade da comunidade surda estão assegurados, que eles podem sim ter uma educação bilíngue como é do seu desejo, podem ser reconhecidos como portadores de um sistema linguístico, depois de tantos anos de lutas de tantas imposições dos ouvintes referente à sua educação esse povo pode comemorar por ter conquistado uma Lei que lhes garantia tal reconhecimento.

Mas afinal, o que significa uma educação Bilíngue? Segundo o dicionário Aurélio, 2004, o termo bilíngue, significa: “aquele que tem fala, ou é escrito em duas línguas” e para a comunidade surda educação Bilíngue seria ter a Libras como sua primeira língua e o Português na forma oral e/ou escrita como sua segunda língua. Dessa forma o sujeito surdo poderá comunicar-se tanto com outros surdos como com os ouvintes.

Buscando por autores que abordam o tema da surdez acabo me deparando com duas formas de ver esse tema: a surdez interpretada de forma clínica, na qual os surdos são tratados como pessoas doentes, que devem ser normalizadas e o termo surdo para referir-se aquele que possui uma diferença cultural, No capítulo

das análises abordarei um pouco mais sobre a cultura surda e sobre essas duas visões da surdez, a clínica e a cultural.

4 PROPOSTAS E POLITICAS EDUCACIONAIS PARA OS SURDOS NO BRASIL E NO ESTADO DO RS

A proposta desse estudo tem como base a seguinte pergunta: *O que o movimento surdo propõe para a sua educação e o que propõem as políticas educacionais para esses sujeitos?* Responder a essa pergunta é o que tentarei fazer nesse capítulo, que está dividido em 3 eixos, os quais intitulo como: Cultura Surda e suas Significações; A Proposta Bilíngue e seus sentidos e Propostas do Movimento Surdo para uma Educação Bilíngue no Brasil.

O primeiro eixo contará com as duas formas de ver a cultura surda, a clínica e a cultural, o segundo traz um pouco da proposta bilíngue, o que o movimento surdo apresenta em seus documentos e de que forma gostariam que essa proposta de educação fosse implantada nas escolas. Por fim, o terceiro eixo trará documentos das políticas linguísticas e educacionais para surdos que temos hoje no Brasil e, em particular, a recente proposta da FENEIS para a implementação de uma Política Pública do Estado do Rio Grande do Sul voltada para a educação dos surdos.

4.1 Cultura Surda e Suas Significações

Para este eixo me proponho a olhar as diferentes visões sobre a surdez, os surdos e a cultura surda. Começo trazendo a surdez como aquela que deve ser corrigida, aquela visão clínica que a considerada um defeito que deve ser normalizado perante o que a sociedade alega ser correto e normal.

Como já mencionei, a surdez vista de forma clínica é aquela que quer corrigir o sujeito, acreditando que ele deve ser normalizado conforme o que a sociedade acredita ser "normal". Percebo essa forma de interpretar a surdez como sendo uma agressão a natureza da pessoa, a forma como ela veio ao mundo, querendo dizer que ser surdo é errado e o certo seria ser ouvinte.

Desde 1880 com a proibição do uso da Libras e sendo o Oralismo imposto pelos ouvintes percebe-se o quanto se acreditava ser essa a melhor forma de normalização, através de métodos de cura dos sujeitos.

De lá para cá muitas formas de correção foram impostas, o Oralismo enquadra-se nessa visão clínica, que afirmava ser importante a integração dos

sujeitos surdos na Comunidade de ouvintes, mas para que isso ocorresse seria preciso que o sujeito surdo passasse por uma reabilitação da fala em direção a “normalidade” que a sociedade exigia e ainda hoje exige. Como diz Goldfeld (1997) “[...] o Oralismo percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada através da estimulação auditiva”.

Além do Oralismo adotado, outros métodos foram criados para a “cura” da surdez, podemos citar os aparelhos auditivos, que tinham como objetivo a estimulação auditiva para o reconhecimento e discriminação de ruídos, sons ambientais e sons da fala; desenvolvimento da fala, o qual consistia em exercícios para a mobilidade e tonicidade dos órgãos envolvidos na fonação e exercícios de respiração e relaxamento; e o que está mais em alta nos últimos tempos: o implante coclear, o qual é um dispositivo de alta tecnologia, que estimula eletricamente as fibras nervosas permitindo a transmissão do sinal elétrico para o nervo auditivo, a fim de ser decodificado pelo córtex cerebral.

Outras formas mais simples de correção do “defeito” foram criadas, como as apresentadas por Lulkin (2000): o controle da alimentação, a inserção da ginástica no currículo escolar e o banho que antecedia o início das aulas.

Em uma visão cultural da surdez e dos surdos, acredito que a comunidade surda defende o convívio dos surdos nas suas escolas bilíngues para que se crie uma identidade surda, para que prevaleça a visão cultural da surdez, aquela visão de uma cultura que possui sua identidade linguística.

Além dessa visão clínica, durante toda minha busca por sentidos e significados da educação ideal para os surdos, me deparei como o termo Cultura Surda, voltado para o sentido cultural, saindo um pouco das correções que eram impostas. A partir daí passo a tentar entender o significado desse termo para essa comunidade através da leitura de autores que tratam sobre o tema.

Conforme pode ser visto em Gomes (2011) o termo “cultura surda” está se tornando cada vez mais “caro” para essa comunidade, o que faz que esteja mais inserido nas discussões acadêmicas. Desse modo, vejo que ao defenderem que somente os surdos convivendo uns com os outros podem ser inseridos nessa cultura, acabaram chamando mais a atenção da sociedade para essa causa, trazendo a tona discussões acerca de um grupo de pessoas que realmente lutam por sua causa.

Gomes ainda apresenta a seguinte colocação que me faz pensar o quanto essa comunidade possui receios sobre quem quer se aproximar deles, “o povo surdo é como um governo que concede ou não o passaporte para ouvintes circularem no espaço de produção da cultura surda”, os quais estarão sempre em constante vigilância. Percebe-se com isso o medo que essa minoria linguística possui diante de ouvintes que para muitos surdos é como o símbolo da opressão vivida no passado.

Ao tentar fazer parte dessa comunidade não é tão fácil como se pensa, para isso é preciso driblar uma montanha de dúvidas e incertezas e aos poucos ir cativando e conquistando esse grupo de pessoas para que dessa forma aceitem um ouvinte na sua cultura. Assim, como diz Lopes (2007): “para a comunidade surda, qualquer ouvinte estará sempre sob suspeita justamente por não ser surdo. Será sempre um ouvinte entre surdos, mesmo que conviva anos com eles.”

Tentando entender qual a participação dos estudos surdos para a educação apresento um trecho de Skliar apud Lopes (2004), o qual diz:

Os Estudos Surdos em educação podem ser pensados como um território de investigação educacional e de proposições políticas que, através de um conjunto de concepções linguísticas, culturais, comunitárias e de identidades, definem uma particular aproximação - e não uma apropriação - com o conhecimento e com os discursos sobre surdez e o mundo dos surdos

Ao realizar a leitura de Skliar percebo que os Estudos Surdos nada mais são do que um processo de pesquisa para uma área voltada à educação, em que ações políticas devem e precisam ser pensadas para que a educação de seus sujeitos não seja prejudicada, mas para isso é preciso levar em conta as concepções linguísticas, culturais, comunitárias e de identidades desse grupo de pessoas.

Os estudos surdos compreendem a surdez como a diferença que une e fortalece as relações com diferentes pessoas surdas, conforme podemos ver em Lopes (2007) sobre os estudos surdos:

Trata-se de uma diferença que não procura dizer quem é o surdo, como ele deve fazer para desenvolver a identidade surda, como ele deve fazer para aprender, mas que quer problematizar como uma marca que inclui alguns sujeitos e exclui outros, que determina algumas condições de vida e de comunicação e que, principalmente, determina formas de organização de vida em um dado grupo cujas formas de estar e de se relacionar com o outro são compartilhadas.

Dessa forma Lopes apresenta a palavra cultura como sendo relacionada à noção de cultivo, significado que me faz pensar justamente no que a comunidade surda tem representado para mim ao longo dessa pesquisa, um espaço em que os sujeitos cultivam seus ideais, suas relações interpessoais que fazem com que eles lutem pelo que desejam juntos e não segregados.

Mas ainda hoje, com tantas conquistas da comunidade surda, existem espaços educativos e sociais que não aceitam a língua de sinais como sendo algo próprio dessa comunidade, como aparece em Lopes, “ainda é difícil entender a diferença surda como uma diferença cultural”, de formas de comunicação e crenças.

A educação de surdos, nas políticas, continua dentro da educação especial. Porém, os estudos surdos, nas pesquisas, vem propondo outras visões e propostas de educação para a comunidade surda.

4.2 A proposta Bilíngue e seus sentidos

Como já citei no capítulo 3, o bilingüismo para os sujeitos surdos significa ter a língua de sinais como primeira língua e o português escrito como segunda língua, da mesma forma que ocorre com a Língua Portuguesa e a Língua Inglesa, que alguns sujeitos possuem como segunda língua. Goldfeld, segundo Perlin e Strobel, fundamenta o Bilinguismo da seguinte forma:

O Bilinguismo tem como pressuposto básico que o surdo deve ser bilíngue, ou seja deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como Segunda língua, a oficial de seu país (...) Para os bilinguistas, o surdo não precisa almejar uma vida semelhante ao ouvinte, podendo assumir sua surdez.

Segundo o documento "Proposta de Criação do Sistema Estadual de Educação Bilíngue para Surdos" algumas propostas são apresentadas, as quais estão voltadas desde o nascimento da criança até a fase adulta. Irei separar por blocos para poder deter-me mais em cada proposta.

BLOCO 1

1. Ações voltadas a partir do nascimento de crianças surdas;
2. Ações voltadas para crianças surdas de zero a três anos;
3. Ações voltadas para crianças surdas de três a seis anos.

Nesse bloco a FENEIS propõe que a criança tenha assistência desde seu nascimento, que através do "teste da orelhinha" seja detectado precocemente a surdez. Após a criança ser diagnosticada é preciso que a família seja acolhida por um sistema bem articulado e tenha contato com profissionais capacitados e que possam dar informações sobre a língua de sinais, fazendo com que essas famílias sejam inseridas nesse meio.

Atualmente não é o que se tem feito, as crianças que são diagnosticadas surdas, como já foi visto, estão cada vez mais sendo encaminhadas para as práticas de medicalização e correção da surdez, o que para a comunidade surda é prejudicial para o desenvolvimento integral da criança surda. Segundo o documento em questão:

Mesmo com todas as promessas de "cura" para a surdez, através das práticas clínicas e terapêuticas de reabilitação, apenas as intervenções médicas não são suficientes para que os surdos sejam de fato inseridos na sociedade. O que se percebe é a falta de informações claras, tanto de profissionais das áreas de assistência social e da saúde, quanto para as famílias de crianças surdas sobre os benefícios da imersão linguística precoce destas crianças na língua de sinais, independente das opções clínicas que as famílias venham a realizar (p.13)

Além de mais informação para as famílias, a FENEIS propõe que crianças surdas até os três anos de idade tenham garantia de vagas em creches, e a inserção delas no meio linguístico mais adequado para o seu desenvolvimento. Após os três anos de idade as crianças devem ser inseridas e escolarizadas em escolas onde a

língua de sinais seja a 1ª língua, de modo que o contato com outros surdos esteja garantido. Como diz o documento:

3.3 Na impossibilidade de inserir as crianças surdas em escolas cuja primeira língua seja a Libras, estas deverão ser inseridas em classes específicas, garantindo um espaço linguístico adequado para seu pleno desenvolvimento, realizando as adequações necessárias para que isso seja possível (...)

3.4 Ainda, na impossibilidade de inserir crianças surdas em escolas e em classes específicas que tenham Libras como primeira língua, estas devem ser atendidas em escolas regulares, onde adequações devem ser contempladas com o objetivo de minimizar os prejuízos da falta de imersão em um espaço linguístico favorável ao seu pleno desenvolvimento (...)

Como se vê no trecho acima do documento em questão, quando a criança surda não puder ser inserida em uma escola bilíngue, ela deverá ser inserida em classes específicas com outros alunos surdos, contando também com a presença de professores surdos.

Chego à faixa etária, a qual me interessa mais, a de alunos que já estão no Ensino Fundamental, mas além deles o documento apresenta propostas também para surdos que estão em outros níveis de escolaridade, como pode ser visto no Bloco 2.

BLOCO 2

4. Ações voltadas para alunos surdos no Ensino Fundamental, no Ensino Médio, no Ensino Profissionalizante e na Educação de Jovens e Adultos.

Para estes alunos o documento coloca que a aquisição da Libras como primeira língua deve ser garantida já na proposta pedagógica para todos os níveis e séries do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, tendo como base o Decreto 5.626/2005, que regulamenta a Lei Nº 10.436/2002.

Estas escolas em que a língua de sinais será ensinada como a primeira língua para os surdos deverão contar com professores surdos para que a construção de identidades surdas e a cultura surda contemplada. Os professores ouvintes devem ter fluência no uso da Libras, serem conhecedores das questões linguísticas e

culturais próprias das comunidades surdas, bem como conhecer e utilizar-se da metodologia adequada para o ensino da Língua Portuguesa, na modalidade escrita, como sendo a segunda língua dos surdos. Além dos professores, os demais funcionários também devem possuir conhecimento e apropriação da Libras.

4.3 Políticas para uma Educação Bilíngue no Brasil e no Estado do RS

A Constituição Federal do Brasil de 1988 determina que é dever do Estado garantir o atendimento educacional especializados para alunos com alguma deficiência. A Educação Especial começou a ser alvo dos debates por volta de 1960 e em 1996 com a Lei de Diretrizes e Bases (9394/96) fazendo com que de vez entrasse no centro dos debates.

Em 2002, com a tão esperada oficialização da Língua Brasileira de Sinais – Libras surgiram novas discussões por parte de surdos. Sá (2006) apresenta alguns questionamentos que também passaram a fazer parte das minhas concepções: até que ponto se torna um ato de inclusão colocar alunos surdos dentro de uma sala de aula em que a maioria é ouvinte?

Propiciar a inclusão dos alunos portadores de surdez num ambiente onde a maioria dos alunos são ouvintes, aí fica a indagação, isso é inclusão ou exclusão? Como fica a socialização destes, uma vez que sua forma de comunicação é gestual-visual e a do aluno ouvinte é oral-auditiva? E o desenvolvimento da aprendizagem deste dentro da sala de aula comum pode ser satisfatório? Penso que devemos analisar com muito cuidado, para não cometermos erros que possam prejudicar o desenvolvimento do aluno portador de surdez.

Acredito que a comunidade surda muito deverá lutar ainda para conseguir seus direitos, mas que eles estão no caminho, afinal é um grupo organizado que luta por seus direitos linguísticos e culturais.

Com base nisso, apresento nesse capítulo, assim como no anterior, alguns documentos elaborados pela comunidade surda que apresentam propostas para sua educação. Apresento alguns trechos da Nota Técnica de número 05/2011 da Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) para exemplificar as propostas do Ministério Público para a educação de crianças

surdas e trechos do documento elaborado pela comunidade surda intitulado: Nota de Esclarecimento da FENEIS sobre a Educação Bilíngue para Surdos (FENEIS, 2012).

Segundo a Nota Técnica, o Ministério Público implementa a política de inclusão escolar de acordo com os princípios da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU/2006) para que a educação se efetive por meio do acesso a educação inclusiva em todos os níveis de ensino. Mas para o movimento surdo isso não ocorre, como pode ser visto abaixo.

No artigo 24, que prevê que os Estados membros devem garantir “o aprendizado da língua de sinais e promoção da identidade linguística da comunidade surda”; e que “a educação de pessoas, em particular crianças cegas, surdocegas e surdas, seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social”. Tampouco obedece ao artigo 30, item 4, do mesmo documento legal, que determina “que sua [dos surdos] identidade cultural e linguística específica seja reconhecida e apoiada, incluindo as línguas de sinais e a cultura surda”. (FENEIS, 2012).

Para a comunidade surda, não basta assegurar o direito a todos os alunos surdos de terem acesso às escolas, o que é uma conquista legal e políticas da qual eles não querem abrir mão, mas é preciso além de assegurar esse direito, adequar o ensino à especificidade de cada aluno, no caso dos surdos, a sua especificidade linguística. Assim, “é igualmente fundamental o direito a que possam escolher o lugar mais adequado para seu desenvolvimento linguístico, cultural e cognitivo”.

Segundo a Nota Técnica:

A organização da educação bilíngue está prevista no Decreto nº 5626/2005, no seu Art. 22, incisos I e II:

I – Escola e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II – Escolas bilíngues ou escolas comuns do ensino regular, abertas aos alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento cientes da singularidade lingüística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa.

Para esse trecho da Nota Técnica, o documento do movimento surdo traz um eventual esquecimento de citar o § 1º, “o qual definiria as classes e escolas bilíngues como aquelas em que a Libras e a modalidade escrita do português são línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo processo educativo.”

Esse proposital “esquecimento” é outra manobra da Nota, visando a nomear “bilíngue” a qualquer classe ou escola onde duas línguas estão presentes, sem atentar à importante definição legal de que a Libras é primeira língua de instrução dos surdos e que o português deve estar presente, na escola, em sua modalidade escrita. (FENEIS, 2012).

De acordo com o Decreto [5.626/2005] apresentado pela Nota Técnica, a educação bilíngue para estudantes com surdez caracteriza-se pelo ensino ministrado por meio da Língua Portuguesa e da Libras, devendo ser disponibilizados os serviços de tradutor/intérprete e o ensino da Libras para os estudantes.

Na visão do movimento surdo “a presença de intérpretes/tradutores de Português/Libras não define uma educação bilíngue para surdos, muito menos quando a oferta se detém a serviços de tradutores intérpretes de Libras/Língua Portuguesa, reiterando a referência textual na Nota”.

Ao realizar a leitura desses dois documentos percebo que o elaborado pelo Ministério da Educação foi realizado pensando no geral e não pensando nas particularidades de cada aluno. Situação que deixa espaço para que a comunidade surda continue indo atrás de seu ideal, acredito que o correto deveria ser levar em conta as especificidades de cada um na elaboração desses documentos, inclusive

deveria ser levado em conta as pessoas mais interessadas no assunto, nesse caso, a comunidade surda.

Para a comunidade surda “a atual Política de Educação Especial do MEC busca reintroduzir abertamente o oralismo”. Os surdos vêm lutando durante muitos anos para acabar com esse meio de ensino, mas ainda depois de muitas conquistas existem lugares que não aboliram o oralismo e através de uma Nota Técnica emitida pelo Ministério da Educação percebem que querem ir contra o que foi conquistado.

Essa postura é confessada sem qualquer cerimônia pela referida Nota Técnica, ao dizer que “O **domínio da língua portuguesa oral** e escrita e da língua de sinais constitui-se instrumento de promoção de autonomia e de emancipação social”. O aprendizado do português oral, que o Decreto 5.626/2005 **faculta** aos surdos, em contraturno, e por meio de ações integradas entre as áreas da saúde e da educação, é definido por essa Nota Técnica como objetivo essencial da Política de Educação Especial do MEC, no que se flagra todo o desrespeito à Convenção, à Lei 10.436/2002 e ao Decreto 5.626/2005.

Para finalizar o capítulo apresento alguns questionamentos que surgiram no final do documento elaborado pela comunidade surda, os quais acredito serem pertinentes para a discussão.

E o que está acontecendo na prática? Os surdos, que são denominados, agora, de pessoas ou alunos com deficiência auditiva, estão sendo jogados nas classes regulares, sem direito à opção da educação a que almejam. Não há intérprete para a maioria das classes ditas inclusivas.

Será realmente isso que nós queremos com a inclusão? Colocar alunos surdos dentro de escolas regulares sem a menor condição de oferecer um ensino adequado, ou será que faremos como tem acontecido atualmente, implantar as Salas de Recursos para que surdos (como deficiente auditivo) seja misturado com outros alunos com outras deficiências? A meu ver isso não seria justo com nenhuma das crianças, pois cada um tem uma forma de aprender e não seriam algumas horas por dia na semana que faria o papel que a sala de aula deveria desempenhar. Vejo a sala de recursos como um complemento sim e não como algo que deve fazer todo o

trabalho independente do que o aluno tiver. Ser surdo não é ter deficiência, ser surdo hoje para mim é ser possuidor de uma forma diferente de se comunicar com as pessoas.

5 O QUE APRENDI COM ISSO?

Enfim, chego ao capítulo final deste trabalho, ao qual me dediquei e esforcei para concluir da forma mais prazerosa possível. Com ele tento mostrar as conquistas que a comunidade surda teve nesse tempo e meu pensamento antes de iniciar tais estudos.

Tentando recordar fatos da minha trajetória como estudante de Pedagogia, tentei entender mais sobre essa minha escolha e acabei me deparando com uma questão, a qual foi tão marcante que não poderia deixar passar em branco. Então decidi, para esse trabalho de conclusão do curso, buscar conhecer e analisar as atuais políticas linguísticas e educacionais para surdos, o que a comunidade surda deseja para sua educação e quais são as propostas do movimento surdo.

Frequentando a primeira semana de prática do 4º Semestre do Curso, recordo-me de que sim já tive contato com um aluno surdo, o qual foi pouco, pois naquela semana ele foi apenas dois dias à escola.

Lembro-me que a professora titular daquela escola tinha apenas magistério, sem formação em Pedagogia, e como estava formada há muitos anos, não teve nenhuma aula de Libras, o que a obrigava a ter iniciativa de estudar por sua conta um pouco da língua de sinais. Porém, essa era feita apenas através do alfabeto, aquele que muitas vezes compramos com alguns adesivos.

Ao trazer de volta essa questão, volto à pergunta compartilhada por Sá (2006), "Propiciar a inclusão dos alunos portadores de surdez num ambiente onde a maioria dos alunos são ouvintes, aí fica a indagação, isso é inclusão ou exclusão? (...)".

Prestando bem atenção naquela criança que estava ali sem entender nada do que falavam a sua volta e sem saber muito como trabalhar com ele, penso o quão ele por menor que fosse, diante seus 2 anos de idade, não se sentia excluído, não deveria ter medo do não ouvir e como aqueles pais que optaram por colocar seu filho naquela escola, que aos meus olhos não estava preparada por recebê-lo adequadamente, se sentiam: será que estavam felizes com a escolha feita? Penso que não estavam, pois senti um alívio no último dia daquela semana ao receber a

notícia de que o aluno teria saído da escola, pois iria ser matriculado em uma escola particular que era voltada para a educação de surdos.

Ao longo dessa minha formação que durou 4 anos e meio, sempre tive essa sensação a respeito da inclusão de surdos: como o governo poderia impor uma inclusão desses sujeitos em escolas regulares sem que elas tivessem algum preparo para recebê-los, sem que eles realmente se sentissem incluídos?

Sempre pensei que para a inclusão de alunos surdos em escolas de ouvintes possa ocorrer de fato, os surdos devem ter primeiro o direito a aprender a língua de sinais e depois, a ter acesso a intérpretes o tempo todo, para que seja possível entender os outros e se fazer entender pelos outros. Penso como uma criança nessas condições se sentiria, será que realmente seria bom, será que seria a única forma de inclusão possível de existir?

Muitas vezes ouvi de colegas que o que o sujeito surdo queria mesmo era continuar no seu "mundinho", continuar isolado do resto do mundo, não queriam ser incluídos, participar desse processo. Jamais me posicionei a respeito desse pensamento, mas sempre fiquei incomodada com tanta afirmação de pessoas que jamais tiveram contato com um surdo.

Hoje posso dizer que acredito sim ser possível incluir alunos surdos em escolas de ouvintes, mas não na educação infantil e nos anos iniciais, fase em que os surdos devem estar em contatos com seus pares e terem uma educação bilíngue. A inclusão pode ser mais positiva nos anos finais do ensino fundamental, uma vez que esta esteja se a escola estiver preparada para receber esses alunos, esteja disposta a se adequar, a ter a Libras como parte integrante de seu currículo e intérpretes nas aulas e demais atividades da escola. Mas, para que isso ocorra, muitas coisas precisam mudar, políticas públicas devem ser revistas e as escolas devem se adequar a eles aos alunos e não eles as escolas.

Apesar dessa minha opinião, tento eu como ouvinte me colocar em uma escola para surdos, tento eu como pesquisadora me inserir lá com crianças surdas, que se comunicam facilmente entre eles, mas e eu, como me sentiria? Será realmente que estaria confortável com a situação, será que iria continuar em uma escola que todos se comunicam de forma que eu não entenderia?

Este trabalho me propiciou entender que a comunidade surda não quer viver no seu mundinho, quer ter contato com os outros, porém, querem e lutam pelos seus direitos, aqueles que estão assegurados em leis e de serem aceitos como surdos por aqueles que ainda não os aceitam assim. E acima de tudo isso me mostrou como essa discussão de colocar alunos surdos em escolas de ouvintes deve ser realmente muito pensada tanto pelas famílias, como pelo governo, deve ser analisada para que uma criança seja ouvinte ou surda não se sinta excluído ao invés de incluído, é preciso ter cuidado e respeito aos direitos de todos que é o de ter uma educação digna, seja ela em escolas para surdos ou para ouvintes.

A comunidade surda é um grupo, a meu ver, que quer ser reconhecido não como deficiente, como alguém que precisa ser curado para ser aceito, mas sim como produtores de uma cultura, como sujeitos que possuem uma identidade, que só será construída se eles puderem estar inseridos no meio de outros sujeitos surdos.

Por fim, esse trabalho me ensinou a olhar para essa comunidade, essa cultura, a querer conhecer sua história, a ver que eles são diferentes por possuírem uma forma de comunicação diferente, mas não ao ponto de precisarem ser normalizados para serem como os ouvintes.

Penso que eles ainda têm muito que lutar, porém, aos poucos conquistaram muito do que desejam, inclusive o reconhecimento da cultura surda, fazendo com que pessoas que acreditam que eles querem ficar isolados mudem essa posição.

6 REFERÊNCIAS

GOMES, Anie Pereira Goularte. A invenção da cultura surda e seu imperativo no plano conceitual. In: KARNOPP, Lodenir; KLEIN, Madalena; LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise. **Cultura surda na contemporaneidade**: negociações, intercorrências e provocações. Canoas: Ed. Ulbra, 2011. p. 121 – 135.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. Capítulo I: Rupturas e posições (p. 07-37)

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1988. (Capítulo III, Pasta) *Sobre as observações*.

LULKIN, Sérgio Andres. O discurso moderno na educação dos surdos: práticas de controle do corpo e a expressão cultural amordaçada. In: Skliar, Carlos (org.) **A Surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Medicação 2010. (4ª Ed. Atual. Ortog.) p.33-49

PERLIN, Gladis; STROBEL, Kin. **Fundamentos da Educação de Surdo**. Texto disponibilizado para o curso de Licenciatura em Letras – Libras. Universidade Federal de Santa Catarina, 2006 p.18 a 32

KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais na Educação de Surdos. In: THOMA, Adriana; LOPES, Maura (orgs). **A invenção da surdez**: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. p.103-113

Política de Educação Especial: Um estudo sobre a inclusão do aluno surdo no ensino regular.. Políticas públicas de educação no Brasil: ensaiando os encaminhamentos. Disponível em: <http://meuartigo.brasilecola.com/educacao/politica-educacao-especial-um-estudo-sobre-inclusao.htm> Visitado em 23/11/2012.

A educação que nós surdos queremos. Documento elaborado pela comunidade surda a partir do pré-Congresso ao V congresso latino americano de educação bilíngue para surdos, realizado em Porto Alegre/RS, no salão de atos da reitoria da UFRGS nos dias 20 a 24 de abril de 1999.

Proposta de criação do sistema Estadual de Educação Bilingue para Surdos. Documento redigido a partir das construções coletivas realizadas no Estado do RS, considerando o XI Encontro das Escolas de Surdos do Estado em Santa Maria em outubro de 2011, a Assembléia de Surdos realizada em esteio em maio de 2012 e as reuniões da Pré Conferencia da Educação de Surdos no Estado do Rio Grande do Sul realizadas durante os meses de maio e junho de 2012.

Nota de Esclarecimento da FENEIS sobre a Educação Bilíngue para Surdos (Em resposta à Nota Técnica nº 5/2011/MEC/SECADI/GAB)

Nota Técnica Nº 05 / 2011 / MEC / SECADI / GAB – Ministério da Educação